

**ATA 2146ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte, às dezenove horas e
2 quarenta minutos, realizou-se a segunda milésima centésima quadragésima sexta
3 reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª
4 Região. Considerando o estado de pandemia declarado pela Organização Mundial
5 da Saúde, em 11 de março de 2020, as restrições impostas pelo Governo do
6 Município de São Paulo, que decretou situação de emergência na cidade por meio
7 do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, o Decreto nº 64.881, de 22 de março
8 de 2020, que decreta quarentena no Estado de São Paulo e o Decreto nº 64.967,
9 de 8 de maio de 2020, que prorroga a quarentena no Estado de São Paulo até 31
10 de maio de 2020 e, finalmente, as Portarias CRP SP nº 06/2020, 07/2020, 08/2020,
11 12/2020, nº 13/2020 e nº 015/2020 que estabelecem o Plano de Contingência com
12 medidas de prevenção ao contágio de pessoas pelo Coronavírus – COVID-19, em
13 todas as dependências do Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, esta
14 Plenária é realizada por meio de videoconferência, utilizando a plataforma Zoom.
15 Participaram 20 (vinte) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a
16 seguir indicadas/os: Ana Paula Hachich de Souza, Beatriz Borges Brambilla,
17 Clarissa Moreira Pereira, Edgar Rodrigues, Eduardo de Menezes Pedroso, Ione
18 Aparecida Xavier, Ivani Francisco de Oliveira, Jumara Silvia Van De Velde, Luciane
19 de Almeida Jabur, Maria da Glória Calado, Maria Rozineti Gonçalves, Maria
20 Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mônica Marques dos Santos,
21 Murilo Centrone Ferreira, Raizel Rechtman, Rita de Cássia Oliveira Assunção,
22 Rodrigo Toledo, Sarah Faria Abrão Teixeira, Talita Fabiano de Carvalho e Tatiane
23 Rosa da Silva. Participaram também Juliana Cristina Bessa (Gestora da Subsede
24 de Assis) e Eliane Cristina Dias de Almeida (Gestora da Subsede Sorocaba).
25 **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** – Foram
26 consideradas as justificativas de ausência das conselheiras Emanoela Priscila
27 Toledo Arruda e Lauren Mariana Mennocchi. **II) APRECIÇÃO DE PROCESSOS**
28 **PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Raizel Rechtman submete ao plenário a

29 apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP.

30 **Encaminhamento:** Foram homologados os seguintes processos: Pessoa Física –

31 422 (quatrocentos e vinte e duas) novas inscrições, 86 (oitenta e seis) reativações,

32 03 (três) cancelamentos a pedido. Pessoa Jurídica – 25 (vinte e cinco) registros e

33 05 (cinco) novos cadastros. Total geral dos processos analisados: 541 (quinhentos

34 e quarenta e um), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **III)**

35 **NÚCLEOS TEMÁTICOS DAS SUBSEDES** – A conselheira Sarah Faria Abrão

36 Teixeira comenta que após análise dos *slides* que tratam do que foi deliberado em

37 relação a formação dos núcleos e com base na nova estrutura adotada pelo

38 Plenário, constatou que os estudantes não estavam contemplados para participação

39 nos Núcleos, assim como os movimentos sociais. Menciona que o assunto já havia

40 sido discutido e que a Comissão Gestora da Subsede de Bauru sugeriu a inclusão

41 de estudantes na composição dos núcleos, que pode ser pela Resolução sobre o

42 assunto. Relata que pelas experiências da Subsede Bauru, as/os estudantes se

43 tornam as/os próximas/os colaboradoras/es, e que, assim, seria um trabalho de

44 base. Considerações do plenário: 1) Raizel Rechtman entende que a participação

45 das/os estudantes é importante, mas não enquanto colaboradores, para que o

46 Núcleo não se tornar algo como uma extensão do centro acadêmico. Defende a

47 participação enquanto convidadas/os ou ouvintes. 2) Rodrigo Toledo corrobora com

48 a sugestão e reforça que a estrutura dos Núcleos tem como função se aproximar às

49 questões ligadas à fiscalização e das atividades técnicas da ética, que é onde se

50 espera que as/os participantes, de alguma maneira, possam contribuir com o

51 Conselho. Menciona como um fator complicador à aproximação ou não recebimento

52 com ajuda de custo ao término do teletrabalho. Ainda, pondera que as/os

53 psicólogas/os participa a partir do seu local de trabalho, de sua expertise e questiona

54 como fazer a escolha de um estudante para ser representante. Sugere que a

55 representação das/os estudantes pode ser a partir de alguma organização de

56 estudantes, como entidade/coletivo. 3) Ivani Francisco de Oliveira ressalta que as/os

57 estudantes têm uma organização nos nossos Congressos Regionais e Estaduais,

58 onde eles têm conquistado cada vez mais espaços e relevância. Porém, pela

59 experiência com o planejamento nas Subsedes, fica explícita a necessidade de

60 trazer mais profissionais da Psicologia para que o território tenha cada vez mais
61 autonomia. Ainda, que enquanto Conselho profissional de uma profissão
62 regulamentada, essencialmente, trabalham com os profissionais e também para os
63 profissionais. A trajetória política traz a preocupação com a formação das/os
64 futuras/os psicólogas/os, mas é importante lembrar todos esses espaços, que já são
65 instâncias conquistadas que serão mantidas e que podem ser ampliadas. 4) Sarah
66 Teixeira levanta a possibilidade de incluir as/os estudantes enquanto convidadas/os
67 dos Núcleos. 5) Edgar Rodrigues sugere que a participação das/os estudantes seja
68 somente enquanto convidadas/os, sem a participação das entidades estudantis
69 enquanto membras. 6) Eduardo Pedroso concorda que o CRP SP representa uma
70 categoria profissional, mas destaca a participação das/os estudantes na Subsede
71 Campinas e preocupa-se que ocorra afastamento. Assim, defende que as/os
72 estudantes possam participar enquanto convidadas/os e que possa ser incluídas
73 entidades estudantis enquanto membras. 7) Sarah Teixeira menciona a importância
74 de que decisão sobre a participação das/os estudantes seja atualizada nos materiais
75 do CRP SP. 8) Beatriz Brambilla expõe as propostas apresentadas, para votação
76 do plenário: Propostas para votação: 1) Apenas a possibilidade de participação
77 das/os estudantes como convidadas/os; 2) Possibilidade de participação das/os
78 estudantes como convidadas/os e da inclusão das entidades estudantis como
79 membras dos Núcleos; e, 3) Tanto estudantes quanto entidades podem participar
80 enquanto convidados. Rodrigo pontua importância de se trazer mais profissionais,
81 tendo em vista a participação dos estudantes. **Encaminhamentos: 1)** Por 14 votos,
82 aprova-se a proposta 3, de participação das estudantes e Entidades Estudantis nos
83 Núcleos do CRP SP, enquanto convidadas. Há, ainda, 1 (um) voto para a proposta
84 1 e 1(um) voto para a proposta 2. **2)** Indica-se a inclusão dessa informação na
85 Resolução sobre as instâncias do CRP SP, bem como nos demais documentos
86 explicativos (como *slides*) sobre formas de participação do CRP SP e composição
87 de Núcleos das Subsedes. **3)** Deve-se buscar a amplitude e diversidade na
88 participação das/os estudantes. **IV) RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
89 GESTORAS, PERMANENTES E REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE
90 CONTROLE SOCIAL – Encaminhamento:** O plenário aprova em bloco as

91 seguintes recomposições: **Comissão Gestora da Subsede de Ribeirão Preto:**
92 Exclusão da membra Rafaela Beraldo Modé (CRP-06/142235). **Comitê Consultivo**
93 **de Educação:** Inclusão de Caio Cesar Portella Santos (CRP 06/108870) como
94 membro. **Núcleo Psicoterapias da Subsede Sorocaba:** Inclusão de Mariella
95 Passarelli (CRP 06/114.095) como membra e exclusão de Cristina Dalla Nora CRP
96 06/156944). **Núcleo Psicologia e Pessoa com Deficiência da Subsede Grande**
97 **ABC** – Criação do Núcleo com a seguinte composição: Marcelo Schiavo (CRP
98 06/109462), como coordenador, e Andressa Destido dos Santos (CRP 06/129007),
99 Cristiane Rufino (CRP 06/88046), Melissa Mascarenhas (CRP 06/161253) e
100 Amanda Cavalcante Ribeiro (CRP 06/141374) como membras. **Núcleo de**
101 **Psicoterapias da Subsede Grande ABC** - Criação do Núcleo com a seguinte
102 composição: Davi R. Ruivo Fernandes (CRP 06/118838) como Coordenador e
103 Marília Rangel Machado (CRP 06/125114), Carolina Primo (CRP 06/81842), Tatiane
104 Rosa da Silva (CRP 06/122671) e Rafael Winter (CRP 06/114566) como
105 membras(os). **Núcleo de Psicoterapias da Subsede Campinas** – Criação do
106 Núcleo, com a seguinte composição: Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo
107 (CRP 06/45952), como coordenadora. **Núcleo de Corpo, Sexualidade e Gênero**
108 **de Ribeirão Preto** – Alteração de Coordenadora para Membra de Rafaela Beraldo
109 Modé (CRP 06/142235). Inclusão de Chalise Maris Martin Reges (CRP 06/151189),
110 como Coordenadora. **Núcleo PCD da Subsede de Ribeirão Preto** – Exclusão da
111 coordenadora Emanoela Priscila Toledo Arruda (CRP 06/107551). Inclusão de Júlia
112 Cintra Faria (CRP 06/135115) como Coordenadora. **V) REPRESENTAÇÕES EM**
113 **ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL E ENTIDADES - 5.1) Fórum Municipal dos**
114 **Trabalhadores do SUAS de São José do Rio Preto – FMTSUAS** – Propõe-se a
115 inclusão de Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781) como representante do
116 CRP SP no FMTSUAS de São José do Rio Preto. **Encaminhamento:** Aprovada a
117 inclusão indicada. **5.2) Conselho Municipal de Assistência Social de São José**
118 **do Rio Preto** – Inclusão de Randolfo dos Santos Junior (CRP 75077) como
119 representante do CRP SP no Conselho Municipal de Assistência Social de São José
120 do Rio Preto. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. **5.3) Conselho**
121 **Municipal dos Direitos dos Idosos de São José do Rio Preto - CMDI** – Propõe-

122 se a exclusão de Camila Laurinda Agnelli Ferreira (CRP 06/118846) da
123 representação do CRP SP no Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos de São
124 José do Rio Preto e a inclusão de Gesilaine Cristina Gibertoni Muniz (CRP
125 06/106882) como representante do CRP SP. **Encaminhamento:** Aprovadas a
126 exclusão e inclusão sugeridas. **5.4) Fórum de Educação do Estado de São Paulo
127 (FEESP)** – Propõe a inclusão de Valéria Campinas Braunstein (CRP 31093) como
128 representante do CRP SP no Fórum de Educação do Estado de São Paulo (FEESP).
129 **Encaminhamento:** Aprovada e inclusão proposta. **5.5) Conselho Municipal de
130 Assistência Social de Assis de Assis** – Propõe-se a exclusão de Rafaela Luana
131 Camara (CRP 06/127031) enquanto representante suplente do CRP SP.
132 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão indicada. **5.6) Conselho Municipal dos
133 Direitos da Criança e do Adolescente de Bauru (CMDCA)** – Propõe-se a exclusão
134 de Jéssica Bispo Batista (CRP 06/130894) enquanto representante do CPR SP no
135 CMDCA de Bauru. **5.7) Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e
136 Mobilidade Reduzida de Sorocaba** – Propõe-se a exclusão de Mônica da Silva
137 Souza (CRP 06/109128) e a inclusão de Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445).
138 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão e exclusão indicadas. **5.8) Política de
139 representação em órgãos de controle social** – Aline Andrade Rocha, assessora
140 política, informa que estão construindo uma política de representação para os
141 Órgãos de Controle Social, mas também para as representações pontuais. A ideia
142 é fazer um estudo do assunto, pois o perfil ocupado hoje é bastante capilarizado. A
143 proposta está sendo construída com base nas informações disponibilizadas pela
144 Secretaria, que tem as informações sobre demandas e repostas. O estudo buscará
145 compreender quais são os assuntos prioritários e como tem sido a articulação dos
146 próprios representantes nos Órgãos municipais ou estaduais. Também estão
147 avaliando outras questões que fazem parte dos fluxos de trabalho dessas
148 representações, o que ainda está sendo alinhado com a conselheira Ivani Francisco
149 de Oliveira, para que possam apresentar. Cita como exemplo da importância desses
150 espaços que há uma série de Projetos de Lei em tramitação e que estão
151 participando de reuniões com outros Conselhos Profissionais. Ainda, que houve a
152 retirada de votação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei que previa o

153 pagamento de 50% do valor da anuidade, no qual houve toda uma articulação dos
154 Conselhos para dissolver essa ideia. Explica que têm acesso às informações
155 pertinentes por meio desses espaços, que, embora, não necessariamente tenham
156 sido criados com esse objetivo, mas que são locais onde há essa informação e
157 articulação. A ideia é multiplicar essas potências e colocar em articulação todas as
158 representações indicadas para construir o melhor fluxo. Beatriz Borges Brambilla
159 recorda que na última plenária foi feito o encaminhamento de levantamento sobre
160 como cada subsede trata as questões ligadas às representações e pede que isso
161 seja levado em consideração. **VI) COMISSÃO DE ÉTICA (COE) – 6.1) Plenárias**
162 **Éticas** - Murilo Centrone informa que o grupo de conselheiras/os da COE, atento a
163 tudo o que foi discutido sobre as Plenárias Éticas, que resultou nos estudos sobre a
164 continuidade da realização, sobre como fica o andamento dos processos em função
165 da paralização dos prazos, considerando que chegaram a realizar algumas
166 plenárias. Há, no momento, 6 (seis) pareceres em mãos que estão pendentes para
167 serem passados em Plenária, em função da paralização dos prazos prescricionais.
168 Diante da atenção necessária para algumas outras questões que tem sido
169 realizadas no CRP SP, a COE sugere a não realização das Plenárias Éticas. Com
170 isso, ficarão com 6 (seis) processos para serem encaminhados no momento em que
171 essas Plenárias forem restabelecidas. Relembra, ainda, que caso haja alguma
172 alteração em relação à suspensão dos prazos processuais, que venha a viabilizar
173 novamente a contagem desses prazos, ou ocorra alguma decisão de instância
174 superior, irão repensar a questão para uma possível retomada das plenárias éticas.
175 Assim, questiona o plenário se há objeções à paralização da realização das
176 Plenárias Éticas. **Encaminhamento:** O plenário decide não realizar Plenárias
177 Éticas, neste momento, sem manifestações em contrário. **6.2) Formação para as**
178 **plenárias** - Clarissa Moreira Pereira relembra que a discussão sobre Formação para
179 a Plenárias Éticas surgiu a partir do pressuposto de que essas Plenárias são
180 atividades centrais na COE. Assim, discutiram a realização de uma formação para
181 a realização dessa atividade, considerando que muitas/os conselheiras/os não tem
182 experiência anterior com essa atividade e que, assim, surgem muitas dúvidas, o que
183 leva a aumentar a morosidade do trabalho. Porém, considerando que neste

184 momento, estão com os prazos prescricionais suspensos, decidiram pela
185 paralização das Plenárias Éticas, que estão todas/os vivenciando um momento de
186 exaustão com excesso de demandas, e, ainda, as perdas que existem em uma
187 formação *on-line*, sobretudo considerando que não colocarão esse aprendizado em
188 prática imediatamente devido à paralização das Plenárias Éticas, sugere a
189 paralização da formação até que as plenárias sejam retomadas e iniciadas.
190 Considerações do plenário: 1) Ana Paula Hachich registra que entende que os
191 pontos serão repensados ao término da paralização, mas entende que mesmo
192 quando os prazos voltarem, talvez tenham dificuldade de se reunir presencialmente,
193 em função da localização geográfica, pela dificuldade de quem mora longe poder
194 viajar e ainda não se sentir confortável em, por exemplo, utilizar transporte
195 rodoviário. Assim, é algo importante a ser pensado quando os prazos retornarem.
196 2) Clarissa Moreira Pereira concorda com o exposto, mas pondera que,
197 considerando que os prazos estão parados e que estão com dificuldades para
198 assumir ainda mais demandas, consideram a melhor opção. Em uma eventualidade
199 de voltarem a contar os prazos e voltarem a realizar as plenárias, entende que
200 voltarão as discussões sobre fazer a formação e pode ser o caso de ainda ser
201 realizada na modalidade *on-line*. **Encaminhamento:** O plenário aprova a
202 suspensão da formação das conselheiras/os para as Plenárias Éticas. **6.3)**
203 **Colaboradoras COE** – Sarah Faria Abrão Teixeira informa que, considerando a
204 suspensão das plenárias éticas e também os pontos de dificuldades que as
205 subsedes trouxeram para a manutenção das reuniões de colaboradores COE em
206 formato *on-line*, a COE sugere que as reuniões nas subsedes com as/os
207 colaboradoras/es de COE sejam suspensas. Pensaram na importância de manter
208 as/os colaboradoras/es próximas/os, utilizando deste momento em que outros
209 trabalhos estão sendo feitos, como uma forma de capacitação, uma vez que não se
210 teria mais as reuniões de COE de capacitação. Para isso, a COE propõe que as/os
211 pareceristas sejam convidadas/os a estarem presentes em diferentes espaços das
212 subsedes. Entendem que cada Subsede tem uma realidade, com diferentes
213 instâncias, mas que as/os pareceristas também possam ser incluídas/os nos
214 debates de direitos humanos e de ética, para quando forem convidadas/os a

215 assumirem outras tarefas. Destaca, ainda, que as subsedes tenham o cuidado em
216 produzir esses espaços e que o convite para a pauta seja coerente com o lugar de
217 COE que elas/es ocupam atualmente. Considerações do plenário: 1) Ivani
218 Francisco de Oliveira entende que a proposta é de manutenção da proximidade com
219 as/os colaboradoras/es próximas e está de acordo. 2) Ione Aparecida Xavier
220 pondera que a Subsede Sorocaba tem muitas colaboradoras recém-chegadas e
221 que, por isso, havia optado pela manutenção das reuniões de pareceres. Pondera
222 que as pessoas estão empolgadas, mas não sabe se as/os colaboradoras/es
223 conseguirão se comprometer com outras demandas do CRP SP, para além das que
224 já realizam. Ainda, destaca a quantidade de pareceres a serem produzidos na
225 Subsede, portanto, a manutenção dessas/es colaboradoras/es é fundamental a
226 longo prazo. 3) Luciane Jabur informa que, como colocado pela Sarah Teixeira, as
227 subsedes têm suas especificidades e colocou-se a possibilidade das/os
228 colaboradoras/es ocuparem outros espaços. Coloca como possibilidade de
229 participação das/os colaboradoras/es nas reuniões de Comissão Gestora,
230 especialmente entendendo como uma forma de não perder essa interlocução, esse
231 diálogo e força. E, também, ao pensar a ética, a partir do lugar que elas oficialmente
232 ocupam e poder transitar por esses espaços é entender o que é a Ética para o CRP
233 SP. Ressalta que nas atividades que estão realizando, como lives e debates, estão
234 falando o posicionamento ético-político do CRP SP. Portanto, participar dessas
235 atividades não foge à ocupação ética do Conselho e está relacionado a um processo
236 de formação. Algumas subsedes podem ter maior facilidade para ter essa
237 mobilidade por suas dinâmicas. Assim, coloca a COE à disposição para dialogar
238 com as Subsedes, para refletirem em conjunto. 4) Beatriz Borges Brambilla pondera
239 que podem pensar na forma como as/os colaboradoras/es chegam ao CRP SP e se
240 a Comissão de Ética seria o lugar mais adequado para isso, considerando a
241 necessidade de acúmulo para realizar atividades dessa Comissão, de alinhamento
242 e dos processos de trabalho que envolvem as etapas dos processos éticos. Destaca
243 que muitos pareceres precisam ser revistos por falta de alinhamento com a/o
244 colaboradora/or. Assim, entende que pode ser importante rever os fluxos.
245 Apostaram na discussão sobre os Núcleos que esses seriam espaços,

246 especialmente para capacitar, formar e trazer as discussões do próprio
247 funcionamento do Conselho. Algo como um espaço introdutório de participação. 5)
248 Eliane Cristina Dias de Almeida informa que participará das reflexões e pontua que
249 seria interessante as/os colaboradoras/es de COE estarem em outros espaços, mas
250 para isso é preciso diálogo. Compreende a preocupação relativa às motivações
251 das/os colaboradoras/es. 6) Beatriz Brambilla pontua que não estão propondo o fim
252 das ações da COE, mas a suspensão, neste momento, da avaliação dos pareceres.
253 7) Sarah Teixeira pondera que as reuniões de COE ocorrerem para passarem
254 pareceres e para capacitação e que, para parecer, não faz mais sentido, uma vez
255 que os prazos e plenárias éticas estão suspensos. Sobre as capacitações, entende
256 que pode ser importante, a depender da necessidade de cada grupo. Assim, cada
257 subsede pode avaliar se há uma temática cujo grupo de COE esteja carente, e pode
258 realizar a reunião, mas sem o formato burocrático exigido em uma reunião de COE.
259 Assim, a proposta que trazem é bem aberta, de suspensão das reuniões de COE,
260 no formato que são realizadas normalmente e as subsedes podem se organizar na
261 medida em que sentirem a necessidade. 8) Luciane Jabur acrescenta que estariam
262 suspendendo a formalidade e registro das reuniões de COE. E, por outro lado,
263 podem rever a produção de pareceres, em um momento em que conseguem
264 estudar melhor a questão da formação para as Plenárias. Mas, destaca que não
265 querem inibir a participação das colaboradoras, ao contrário, desejam que elas
266 estejam presentes de outras maneiras, uma vez que elas estão desejosas pelo
267 trabalho e para o CRP SP também é importante a participação delas. Sugere a
268 realização da reunião entre COE e Subsedes que necessitem de algum auxílio para
269 pensar de que forma pode se dar a participação, neste momento. Destaca, ainda,
270 que estão pensando no cuidado necessário, uma vez que estão recém-chegados e
271 que precisam de uma série de alinhamentos da gestão, até para direcionar a
272 produção dos pareceres em um novo formato. 9) Beatriz Brambilla menciona que
273 realizou uma reunião com COE e que foram indicados mais de 15 temas
274 considerados polêmicos pelas analistas técnicas do CRP SP e que é preciso
275 produzir posicionamento e referências sobre. Pontua que essas/es
276 colaboradoras/es podem ajudar a discutir e depois levar para outros grupos de COE,

277 a fim de auxiliar no processo de produção desses pensionamentos. 10) Eliane
278 Cristina Dias de Almeida concorda com a realização de reunião entre os grupos de
279 COE das Subsedes para também poderem ouvir as/os colaboradoras/es e, a partir
280 disso, fazer as propostas de trabalhar as temáticas e ter essa produção.
281 **Encaminhamento:** A COE dialogará com os grupos de COE da Subsele Sorocaba
282 para pensarem como será feita a organização das atividades, pensando na
283 construção de posicionamentos nos assuntos considerados polêmicos. Caso outra
284 Subsele também necessite, a COE está à disposição para o diálogo. **VII) APAF –**
285 **ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS –**
286 Beatriz Brambilla menciona a troca de mensagens no grupo de Conselheiras, com
287 Plenário e Assessorias onde questionou-se o interesse de participação na APAF
288 emergencial. Ressalta que serão discutidos somente dois pontos administrativos,
289 que têm sido acompanhados pela Diretoria: GT Eleições e os Teto da Anuidade
290 para 2021. Dada a ausência de manifestação e como a Diretoria tem acompanhado
291 as discussões, participarão Ivani Francisco de Oliveira, Rodrigo Toledo e ela
292 mesma. Relata que Rodrigo Toledo e Ivani Francisco de Oliveira participaram de
293 uma reunião entre tesoureiros ontem, onde ocorreram algumas discussões.
294 Ressalta que é uma APAF incomum, uma vez que apenas participarão 3 (três)
295 conselheiras/os e que ela cumpre uma função mais burocrática para cumprimento
296 regimental de prazos. **7.1) GT Eleições** – Beatriz Brambilla destaca que esse GT
297 segue as mesmas regras dos outros grupos de trabalhos, com representantes de
298 todas as regiões do Brasil, podendo Norte e Nordeste terem até 2 (dois)
299 representantes cada. O GT Eleições é responsável pela organização das próximas
300 eleições. Precisam pensar se é de interesse do CRP SP compor esse GT para
301 trabalhar na organização das próximas eleições. Informa que no grupo de Diretoria
302 dos CRP da região Sudeste, o de Minas Gerais manifestou interesse em participar.
303 Rio de Janeiro e Espírito Santo já indicaram que não têm interesse. Com isso,
304 consulta o plenário acerca do interesse do CRP SP disputar a vaga para o GT
305 Eleições. Considerações do plenário: 1) Ana Paula Hachich questiona se é normal
306 criarem esse GT com tanta antecedência ou se houve alguma mudança prevista na
307 regulamentação das eleições. 2) Beatriz Brambilla responde que essa APAF ocorrerá

308 em função desse GT e, pelo tempo regimental, já precisam começar a organização
309 das próximas eleições. Caso haja alguma proposta de alteração em relação às
310 eleições será criada pelo GT. 3) Edgar Rodrigues manifesta interesse em participar
311 do GT. 4) Raizel Rechtman questiona se será estratégico o CRP SP disputar a vaga
312 com Minas Gerais. 5) Maria Mercedes Guarnieri questiona se há uma motivação
313 para o CRP SP compor esse GT ou se podem deixar para disputar outro GT. 6)
314 Beatriz Brambilla defende que o CPR SP não apresente interesse em compor esse
315 GT, por se tratar de um grupo de organização, composto para fazer proposta de
316 Regimento, um trabalho bastante burocrático e que pode ser mais interessante
317 deixar para compor outros GTs com discussões mais políticas e que discutam ações
318 não só para a categoria, como também, para a sociedade. 7) Edgar Rodrigues,
319 considerando a necessidade de disputa, retira seu interesse. 8) Eduardo Pedroso
320 concorda em não disputarem a vaga, mas pondera se, por se tratar do maior CRP,
321 poderia ser interessante a participação, para que possam opinar. Solicita que seja
322 apresentado um mapa dos GTs da APAF e quais o CRP SP participa, considerando,
323 ainda, a não participação no GT Sexualidade e Gênero, que é uma pauta importante
324 para o CRP SP. 9) Beatriz Brambilla elucida que não é possível fazer escolha dos
325 GTs, entra-se na disputa e não conseguem saber quais novos GTs serão criados.
326 Coloca para votação do plenário as propostas: 1) Disputar a vaga no GT Eleições;
327 e, 2) Não disputar a vaga do Sudeste na composição do GT Eleições.
328 **Encaminhamento:** Por 15 (quinze) votos, decide-se pela proposta 2, de o CRP SP
329 não disputar a vaga para o GT Eleições. Há, ainda, 1 (um) voto para a proposta 1,
330 de o CRP SP disputar a vaga para a composição do GT. **7.2) Teto das Anuidades**
331 - Rodrigo Toledo informa que participou da reunião de tesoureiros, juntamente com
332 Ivani Francisco de Oliveira, na qual o CFP informou que apresentará a proposta de
333 reajuste da anuidade a partir do INPC, que foi de 2,46% no período correspondente.
334 Atualmente, a anuidade para Pessoa Física é de R\$ 468,67 (quatrocentos e
335 sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos). A proposta do CFP é de que o
336 teto máximo seja de R\$ 682,69 (seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove
337 centavos), sendo esse o valor máximo que todos os CRs podem aplicar. Para
338 Pessoa Jurídica, o CFP estabelece o valor da primeira faixa de R\$ 774,96

339 (setecentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), aplicado o reajuste
340 do fundo de sessão de R\$ 6,96 (seis reais e noventa e seis centavos). Atualmente,
341 a cada anuidade paga, repassamos o valor de R\$ 6,79 (seis reais e setenta e nove
342 centavos). Informa que os CRs de São Paulo, Distrito Federal, Maranhão, Pará,
343 Roraima, Acre e Bahia se posicionaram preocupados sobre como realizar a
344 comunicação do reajuste à categoria e entenderam que será necessário fazer uma
345 discussão nacional para definir como lidar com essa comunicação. Informa que o
346 CRP Maranhão foi o único que fez uma proposta de não reajuste e entende que o
347 mesmo fará essa defesa de manutenção dos valores aplicados no ano 2020, porém
348 a discussão não avançou. O CFP informou que essa é uma decisão dos Regionais.
349 O CRP SP definirá a questão em Assembleia Geral Orçamentária, que ocorrerá no
350 segundo semestre. Discutiu-se, ainda, que sendo votado o não reajuste, há a
351 possibilidade não reajustar o fundo de sessão, que no montante, se torna um valor
352 significativo por anuidade paga. Assim, indica que o CRP SP precisa definir sua
353 posição a respeito dos reajustes de anuidades. Beatriz Borges Brambilla menciona
354 que este plenário já realizou discussões sobre como se posicionar quanto à saúde
355 financeira do CRP SP e questiona se haverá grande impacto não realizar o reajuste
356 de anuidade. Considerações do plenário: 1) Ana Paula Hachich entende que o CRP
357 SP se posicionará na APAF sobre a manutenção ou não do reajuste e questiona se
358 a decisão final será tomada somente após a Assembleia. 2) Rodrigo Toledo informa
359 que na APAF discutirão se os CRs estão ou não de acordo em fazer o reajuste.
360 Caso o reajuste seja aprovado, em Assembleia o CRP SP decidirá se aplicará ou
361 não. Porém, os valores repassados ao CFP serão a partir do reajuste indicado. 3)
362 Beatriz Brambilla complementa que será votado em APAF o reajuste ou a
363 manutenção do teto do valor da anuidade. 4) Ione Aparecida Xavier questiona se é
364 justificável esse teto alto de anuidades. 5) Rodrigo Toledo elucida que o teto é o
365 valor máximo que os CRs podem cobrar, ou seja, nenhum CR pode ter uma
366 anuidade acima do estabelecido, que atualmente é R\$ 682,79 (seiscentos e oitenta
367 e dois reais e setenta e nove centavos). O CRP SP está muito distante do teto. A
368 APAF definirá qual o limite máximo que os Regionais poderão cobrar de anuidade.
369 Na Assembleia, cada CRP define qual o valor será aplicado. 6) Ana Paula Hachich

370 acrescenta que pela distância entre o valor da anuidade e o teto, entende que é
371 pouco provável que o CRP SP atinja esse limite e defende a não aplicação do
372 reajuste. 7) Edgar Rodrigues concorda com o posicionamento da Ana Hachich e
373 entende que, ao não realizar o reajuste, será mantido o mesmo valor de repasse ao
374 CFP, proporcionalmente. Pelo que se recorda, nenhum CRP chega ao limite do teto.
375 8) Maria da Glória Calado questiona se haverá prejuízo financeiro caso o valor da
376 anuidade seja mantido e sugere um aumento em torno de 10% (dez por cento). 9)
377 Beatriz Borges Brambilla menciona a quantidade de pessoas em situação de
378 desemprego no país, que atualmente são em torno de 14 (catorze) milhões, a
379 criação de uma Medida Provisória que possibilita a redução de até 25% (vinte e
380 cinco por cento) do valor dos salários, Projetos de Leis que colocam em votação o
381 congelamento do valor das anuidades. Entende que seja uma decisão política, onde
382 caso seja decido pelo congelamento do valor do teto, e se apresentarem em
383 Assembleia a proposta de manutenção das anuidades, precisarão lidar com um
384 cenário de austeridade com relação às responsabilidades ligadas a essa decisão.
385 Pondera que se trata de uma avaliação que precisa ser feita para além do
386 orçamento, sendo uma decisão política de todas/os do plenário e menciona as
387 manifestações realizadas pela categoria nas redes sociais do Conselho, para que
388 todas/os possam refletir. 10) Tatiane Rosa da Silva manifesta que a realidade não
389 permite um reajuste. 11) Maria da Gloria Calado concorda com as questões
390 levantadas por Beatriz Brambilla e Tatiane Rosa, também manifestando-se
391 favorável a não aplicação do reajuste da anuidade e de arcarem com a realidade
392 financeira que acarretará para o CRP SP. 12) Rodrigo Toledo informa que não há,
393 ainda, análise do impacto de congelar o valor das anuidades. No entanto, já visualiza
394 impactos, como o exemplo do reestabelecimento de novas arrecadações somente
395 a partir do meio do ano, quando poderão analisar o cenário. Estão discutindo em
396 Diretoria ferramentas possíveis e informa que seu posicionamento em reunião de
397 Diretoria foi o mesmo. Solicitaram o posicionamento sobre a manifestação de outros
398 CRs sobre o congelamento ou anistia das anuidades. O que ainda não é possível
399 apresentar. 13) Beatriz Brambilla relembra a existência do fundo destinado para a
400 compra de outro imóvel, mas que, em caso de necessidade, esse fundo os dá certa

401 estabilidade por um curto período. Ainda, que não reajustarem fará com que
402 consigam utilizar uma linguagem que assegure a demonstração da preocupação da
403 gestão e considera uma estratégia política junto à categoria, diante do cenário que
404 estão vivendo. 14) Ivani Francisco de Oliveira acrescenta que o CFP se manifestará
405 contrário à decisão, tendo em vista que sua arrecadação provém dos Regionais.
406 São Paulo tem uma pressão a respeito da anuidade, inclusive com abaixo-assinado,
407 e, ao contrário de outros Conselhos, o índice de inadimplência é menor.
408 **Encaminhamento:** O plenário é favorável a não aplicação do reajuste atrelado a
409 inflação, e opta pela proposta de manutenção do valor da anuidade. **VIII)**
410 **PROCESSO ENVOLVENDO EX-CONSELHEIRAS** Beatriz Borges Brambilla
411 informa que a atividade de conselheiras/os impõe alguns riscos pessoais,
412 administrativos, jurídicos e financeiros. Na gestão 2013-2016 (XIV Plenário), houve
413 uma grande ação de fiscalização das Comunidades Terapêuticas, que gerou um
414 Dossiê sobre violações de direitos, assinado pelo XIV Plenário e mais uma
415 trabalhadora e um colaborador. Porém, uma das empresas citadas no documento
416 entrou com uma Queixa-Crime contra as/os conselheiras/os, o colaborador e a
417 trabalhadora que assinavam esse documento. A assessoria contratada pelo CRP
418 SP assumiu o caso de maneira voluntário e pró-bono, ou seja, não cobra as custas
419 do processo às/aos processados. As/Os processadas/os manifestaram interesse
420 em trocar a assessoria jurídica ao caso. Beatriz Brambilla questiona qual será o
421 papel do CRP nesse contexto, se manterão o posicionamento da gestão anterior,
422 de que o CRP SP não poderá arcar com os custos de contratação de uma
423 assessoria jurídica. Ressalta que uma decisão diversa traz riscos e não é
424 recomendada. Se arcarem com esses custos, pode haver processo pelo Tribunal
425 de Contas da União, questionando a conduta. A posição da Diretoria é que de seja
426 ofertado aquilo que for possível, mas que, do ponto de vista da autarquia, não há
427 como assumir os custos da nova defesa diante dos pareceres jurídicos
428 apresentados. Ainda, que façam o possível para que as/os conselheiras/os se
429 sintam acolhidas/os, mas que façam apenas aquilo que for possível do ponto de
430 vista legal, considerando a segurança desta gestão. Informa que amanhã, 29/05/20,
431 haverá uma reunião sobre o assunto e quem desejar, pode participar. O plenário

432 discutiu sobre o caso, sem registros da discussão, tendo em vista o sigilo do
433 processo. **Encaminhamento:** O plenário manterá o apoio aos envolvidos, dentro do
434 limite legal para atuação, neste momento. O CRP SP não assumirá custos que
435 tenham implicações à autarquia. Na próxima Plenária Ordinária haverá discussão
436 sobre a Resolução de Pessoas Jurídicas/ Comunidades Terapêuticas. **IX)**
437 **PRESTAÇÃO DE CONTAS** – Rodrigo Toledo elucida que embora a Gestão tenha
438 assumido em 26/09/2019, a Prestação de Contas que precisa apresentar
439 compreende o período de 01/01/2019 até 31/12/2019. Em 31/12/2018, havia saldo
440 bancário no valor de R\$ 16.881.758,00 (dezesesseis milhões, oitocentos e oitenta e
441 um mil, setecentos e cinquenta e oito reais). Importante destacar que parte deste
442 valor corresponde à reserva para a compra de imóvel e reserva de contingência,
443 conforme aprovado em Assembleia, sendo o valor total de R\$15.148.000,00 (quinze
444 milhões, cento e quarenta e oito mil reais). Portanto, no começo de 2019 havia saldo
445 excedente de R\$ 1.733.000,00 (um milhão, setecentos e trinta e três mil reais). Em
446 2019 houve Receita Líquida de R\$ 26.979.000,00 (vinte e seis milhões, novecentos
447 e setenta e nove mil reais). A Despesa Bruta foi de R\$ 28.451.000,00 (vinte e oito
448 milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil reais), o que aparenta gerar um déficit,
449 porém, haviam começado o exercício com saldo excedente. E, considerando esse
450 saldo, finalizaram o exercício de 2019 ainda com um saldo de R\$ 261.000,00
451 (duzentos e sessenta e um mil reais). **Receitas:** Receita de contribuições
452 (anuidades PF e PJ) – provisionado R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de
453 reais) e efetivado R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais). Outras receitas
454 (recebimento de parcelamento, atrasos, dívida ativa administrativa ou executada) -
455 provisionado R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) e efetivado R\$
456 6.121.000,00 (seis milhões, cento e vinte e um mil reais). Receitas patrimoniais
457 (rendimento das aplicações financeiras) - provisionado R\$ 1.287.000,00 (um milhão,
458 duzentos e oitenta e sete mil reais) e efetivado R\$ 664.000,00 (seiscentos e
459 sessenta e quatro mil reais). Receita de serviços (inscrição de Pessoa Física e
460 Jurídica, emissão da segunda via de CIP) - provisionado R\$ 528.000,00 (quinhentos
461 e vinte e oito mil reais) e efetivado R\$ 531.000,00 (quinhentos e trinta e um mil
462 reais). Receita bruta - R\$ 40.221.000,00 (quarenta milhões, duzentos e vinte e um

463 mil reais). **Deduções:** Repasses feitos para o Conselho Federal de Psicologia (Cota
464 parte, Conta divulgação e o Fundo de sessão) - provisionado R\$ 10.600.000,00 (dez
465 milhões e seiscentos mil reais) e efetivado R\$ 10.011.000,00 (dez milhões e onze
466 mil reais). Administração bancária (tarifas bancárias) - provisionado R\$
467 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e efetivado R\$ 1.892.000,00 (um
468 milhão, oitocentos e noventa e dois mil reais). Desconto por antecipação de
469 pagamento (descontos de 5% ou 10%) - provisionados R\$ 670.000.000,00
470 (seiscentos e setenta mil reais) e efetivados R\$ 1.239.000,00 (um milhão, duzentos
471 e trinta e nove mil reais). PASEP (imposto obrigatório correspondente a folha de
472 pagamento) - provisionado R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) e efetivado R\$
473 97.000,00 (noventa e sete mil reais). Dívida ativa – provisão de recebimento de R\$
474 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) e efetivado R\$ 6.000.000,00 (seis
475 milhões de reais). Também é necessário provisionar o que não será recebido, que
476 está relacionado com a dívida ativa, anterior ao ano de 2015. Foi provisionado o
477 valor de inadimplência de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) e provisionar a
478 inadimplência do ano corrente, que é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).
479 Após essas deduções ficam com um salto líquido de R\$ 26.979.285,90 (vinte e seis
480 milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa
481 centavos), que é o valor disponível durante ano de 2019 para o CRP SP arcar com
482 todas as despesas. Destaca a reserva definida em Assembleia de R\$ 14.790.000,00
483 (catorze milhões, setecentos e noventa mil reais) para a compra de imóvel e reserva
484 de contingência de R\$ 428.000,00 (quatrocentos e vinte e oito mil reais). No ano de
485 2019 foram gastos R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) do valor destinado a reserva de
486 contingência para o pagamento de processos trabalhistas e processos cíveis que o
487 CRP SP teve que arcar. Assim, o saldo da Reserva de Contingência foi de R\$
488 15.148.000,00 (quinze milhões, cento e quarenta e oito mil reais). Para as despesas
489 líquidas, então, há o valor de R\$ 26.979.285,90 (vinte e seis milhões, novecentos e
490 setenta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos). Para 2019,
491 Custo civil (folha de pagamento) - R\$ 16.878.000,00 (dezesseis milhões, oitocentos
492 e setenta e oito mil reais). Apoio funcional (contratos com as empresas prestadoras
493 de serviços, temporários, assessorias de pessoa jurídica, de informática, materiais

494 de consumo, impostos e taxas) - R\$ 9.224.000,00 (nove milhões, duzentos e vinte
495 e quatro mil reais). Pontua que orçaram cerca de R\$ 17.000.000,00 (dezessete
496 milhões de reais) para pessoal cível e se gastou cerca de R\$ 16.000.000,00
497 (dezesseis milhões), já para apoio funcional, orçaram R\$ 5.000.000,00 (cinco
498 milhões de reais) e gastaram R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais).
499 Investimentos e inversões (compras de equipamentos, mobiliários, informática) -
500 orçado R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais) e efetivado R\$
501 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais), relacionado à subsede do Alto Tietê, que
502 se constituiu em 2019. Plano de trabalho (ações políticas, ações de comunicação
503 e as ações ordinárias – custos das ações de conselheiras/os, colaboradoras/es,
504 comissões gestora, atividades políticas e ações de diálogo com a categoria) –
505 orçado R\$ 5.053.000,00 (cinco milhões, cinquenta e três mil reais) para eventos,
506 comunicação, ajudas de custo, diárias e transporte e efetivado R\$ 2.059.000,00
507 (dois milhões e cinquenta e nove mil reais). Somando todas as despesas do ano de
508 2019, tem-se o valor de R\$ 28.451.000,00 (vinte e oito milhões, quatrocentos e
509 cinquenta e um mil reais), sendo que pela arrecadação, tinham disponível R\$
510 26.979.000,00 (vinte e seis milhões, novecentos e setenta e nove mil reais). Embora
511 haja essa discrepância entre o arrecadado e o gasto, havia um saldo em caixa que
512 permitiu isso. O valor em Caixa, ao final de 2019, foi de R\$ 15.409.950,24 (quinze
513 milhões, quatrocentos e nove mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e quatro
514 centavos). Informa que essa é a síntese da Prestação de Contas e que as
515 informações se dividem em dois momentos a apresentação da prestação e análise
516 referente às contas do ano corrente. Considerações do plenário: 1) Beatriz Borges
517 Brambilla agradece à exposição e questiona como é calculado o índice de
518 inadimplência. 2) Diógenes Pepe, coordenador administrativo-financeiro, explica
519 que é calculado a partir da média dos últimos 3 (três) anos. 3) Ana Paula Hachich
520 sugere que, ao fazer os cálculos para o próximo ano, não seja levado em conta este
521 ano, e que seja feita uma provisão menor, dada a queda de receita. 4) Diógenes
522 Pepe informa que essa é a grande dúvida para os próximos anos. Sempre houve
523 uma média histórica que se comportou de forma bastante constante. A partir de
524 2019, estão perdendo a série histórica. Em 2019, houve cerca de oito mil inscrições

525 e que não há a previsão de número semelhante para 2021. Com isso, não
526 conseguem ter um horizonte racional. Conseguem ter um controle para as
527 despesas, mas a questão da receita é um fato novo. Em 2019 já vinham sofrendo a
528 crise da econômica do país, com aumento da inadimplência, mas, por outro lado,
529 houve um crescente número de inscrições. Para este ano, não conseguem ter
530 parâmetro, pois, parte significativa da arrecadação que teriam até 31 março de 2020
531 foi deslocado para 30 de junho de 2020. Com isso, precisam aguardar esta data
532 para ver o resultado final de receita e inadimplência. A série histórica sempre foi
533 bastante regular, mas agora perderam os parâmetros, que permitem uma tomada
534 de decisão mais segura. 5) Beatriz Borges Brambilla informa que a CACI realizará
535 a auditoria dessa prestação de contas, para garantir que não terão problemas. A
536 intenção é que, após a apreciação da CACI, esse documento seja encaminhado
537 para a auditoria. 6) Rodrigo Toledo elucida que essa foi somente uma síntese da
538 Prestação de Contas, mas a auditoria vai ter acesso ao documento completo, com
539 o detalhamento de todas as peças orçamentárias. 6) Raizel Rechtman pontua que
540 a própria Diretoria tem considerações sobre o material e o que fazer a partir desses
541 dados, principalmente para o Orçamento dos próximos anos, e para as próximas
542 prestações de conta. Assim, terão que voltar a se debruçar sobre isso.
543 Rodrigo Toledo está apresentando os dados brutos, mas ainda falta análise crítica
544 sobre como conduzirão a questão. 7) Rodrigo Toledo acrescenta que há uma
545 análise crítica que todas/os precisam fazer, mas que ele e Raizel Rechtman já
546 realizaram, e que a mesma não está sendo apresentada para aprovação da planilha.
547 8) Ana Hachich informa que ficou em dúvida sobre a diferença considerável no
548 previsto para os rendimentos e o que efetivamente ocorreu. Questiona os tipos de
549 investimentos, se são de alto, médio ou baixo risco. Propões à Diretoria que se
550 retome a discussão sobre a redução da Cota parte, tento em vista o momento de
551 crise. Ainda, considera relevante que se faça um apontamento quanto ao desconto
552 para o pagamento à vista, que parece um dado importante de se levar em conta
553 quando pensar em índice de desconto. Ainda, destaca que é importante analisar
554 onde se deu as diferenças entre previsto e efetivado, uma vez que considera que
555 as despesas efetivadas tiveram um valor muito elevado. 9) Raizel Rechtman pontua

556 que é importante o diálogo e que Rodrigo Toledo pode ficar à disposição para as
557 dúvidas do plenário que surgirem, mas, dado ao avançado da hora, questiona se
558 podem submeter essa Prestação à aprovação do pleno. **Encaminhamento:** O
559 plenário aprova a Prestação de Contas, sem objeções. A Prestação de Contas será
560 encaminhada ao Conselho Federal de Psicologia e à auditoria contratada. Nada
561 mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Beatriz Borges Brambilla
562 deu por encerrada a sessão às 22 horas e 30 minutos, da qual eu, Conselheira
563 Secretária, Raizel Rechtman, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será
564 assinada. São Paulo, 28 de maio de 2020.

Ana Paula Hachich de Souza

Beatriz Borges Brambilla

Edgar Rodrigues

Eduardo de Menezes Pedroso

Emanoela Priscila Toledo Arruda

Ione Aparecida Xavier

Ivani Francisco de Oliveira

Jessica Tomaz da Costa Silva

Julia Pereira Bueno

Jumara Silvia Van De Velde

Lauren Mariana Mennocchi

Lilian Suzuki

Luana Alves Sampaio Cruz Bottini

Luciane de Almeida Jabur

Maria da Glória Calado

Maria Mercedes Whitaker Kehl
Vieira Bicudo Guarnieri

Maria Rozineti Gonçalves

Mônica Marques dos Santos

Murilo Centrone Ferreira

Raizel Rehtmen

Rita de Cássia Oliveira Assunção

Rodrigo Toledo

Sarah Faria Abrão Teixeira

Sulamita Jesus de Assunção

Talita Fabiano de Carvalho

Tatiane Rosa da Silva